



Rev. Dr. Marcos Roberto Inhauser

Fone: (0XX19) 2121 5853 escrit. / 99798 6955 cel

www.inhauser.com.br / marcos@inhauser.com.br

www.pastoralia.com.br

TEXTO PUBLICADO NA COLUNA SEMANAL NO CORREIO POPULAR

PPP: UM NOVO IMPOSTO

Marcos Roberto Inhauser

Não bastasse a carga tributária asfixiante e escorchante que o brasileiro tem sobre si, agora vem o governo implantar mais um, de forma dissimulada e sorradeira. Não contente com a elevação do PIS/COFINS, da manutenção dos 27,5% no Imposto de Renda, a manutenção das tabelas em níveis do ano anterior o que representa uma forma de aumento da carga tributária, este governo doura a pílula chamada Parceria Público Privado.

Explico. O governo, no que pese a sua capacidade e habilidade em arrecadar tributos, não tem mostrado as mesmas em administrá-los. A máquina pública é perdulária e não tem mostrado a mesma eficiência em conter os famintos por verbas, os cobradores de comissão de 30% ou mais nas obras contratadas, no combate às fraudes contra a Previdência, e tantas outras mazelas diariamente apontadas pela imprensa e sofridas pela população. A cobrança dos tributos tem todo o aparato informático funcionando eficientemente e os atrasos no pagamento são cobrados a peso de ouro. No entanto, os pagamentos que o governo deve fazer, mesmo os determinados por ordem judicial como são os precatórios, são desconsiderados, nunca pagos e nada se faz.

Não bastasse a fome fiscal do governo, a proposta do PPP é uma nova forma de onerar o contribuinte porque vai buscar nos cofres da iniciativa privada recursos que se supõe o governo já tem para fazer o que não faz. Sob o manto de uma falsa generosidade do setor privado, este fará doações a esta ou aquela empreitada governamental, ou entrará em sociedade com o poder público para construir isto ou aquilo, mas não de forma sacrificial ou generosa. A conta vem e pesada sobre o contribuinte.

As empresas que farão tais participações o farão a partir do lucro que têm e que certamente não será diminuído porque são generosos. Antes, pelo contrário, majorarão seus preços para repor a parcela dos lucros repassados ao projeto de parceria. O aumento dos preços certamente será pago pelo comprador.

A outra alternativa é a iniciativa privada fazer o que o governo devia fazer, construindo estradas, pontes, meios de transporte coletivo, telefonia, etc. A iniciativa privada entrará, mas irá cobrar pedágio dos usuários ou tarifas que assegurem o retorno do investimento. Se há alguma dúvida sobre isto basta olhar o aumento acima da inflação sobre as contas de telefone, de eletricidade e outras mais.

A terceira forma de lesar o contribuinte é dando incentivos fiscais para quem faz a doação. A empresa X participa da parceria, mas deduz dos impostos devidos o que deu. Como a contabilidade não é uma ciência exata (especialmente nas empresas com caixa 2), não serão raros os casos de contribuições inflacionadas para descontos fiscais irreais. Além disto, corre-se o risco de que as empresas participem de parcerias em áreas ou projetos que tragam benefícios para seus negócios. Uma estrada que lhe interessa, um satélite para a companhia telefônica ou de televisão, e assim os projetos vão sendo dirigidos e administrados pelos próprios interessados. No final das contas, o que se terá é o interesse privado gerando as coisas públicas segundo seus objetivos e metas. A se manter isto, quero saber quando o sonho lulista de dar comida a todos vai se concretizar.